

Latrocínio sobe, mas estupro cai na região

Roubo seguido de morte teve alta de 80%. Dados são da SSP

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

Os casos em que os ladrões matam a vítima durante o assalto, seja porque a pessoa reagiu ou por puro instinto violento do criminoso, continuam aumentando na Baixada Santista.

O roubo seguido de morte, classificado pela polícia como latrocínio, teve alta de 80% nos nove primeiros meses de 2013, em comparação ao mesmo período do ano passado. Foram 10 casos em 2012 e 18 este ano.

Os dados fazem parte das estatísticas de criminalidade divulgadas ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). O latrocínio já havia sido o crime que mais subiu (88%) no balanço anterior, quando foram considerados os números até agosto.

Praia Grande foi a cidade da região que mais registrou mortes em assaltos: foram sete vítimas, contra duas no ano passado. O aumento no Município é de 250%.

Como o desfecho trágico não pode ser previsto, a única maneira de a polícia diminuir os latrocínios é agindo para evitar os roubos. Mas não é isso que os números mostram. Entre janeiro e setembro deste ano, 13.665 pessoas foram ameaçadas com armas e tiveram seus bens levados. Um acréscimo de 6,5% em relação a 2012 (12.819 casos). Os roubos de veículos cresceram ainda mais: 15,1%, passando de 1.900 para 2.187.

Polícia Militar

A reportagem entrou em contato com a PM, responsável pelo policiamento ostensivo e, portanto, fundamental para diminuir os casos de latrocínios. O comandante do CPI-6 (policiamento regional), coronel Ricardo Ferreira de Jesus, porém, não atendeu ao pedido de entrevista. A informação é de que ele só poderá falar sobre as estatísticas na próxima terça-feira

Os homicídios dolosos (intencionais) que haviam tido um pequeno recuo entre janeiro e agosto, voltaram a crescer. Com quatro assassinatos a mais, o aumento foi de 2,5%. Guarujá é o destaque negativo do levantamento, com 37 pessoas mortas, seguido por São Vicente (30) e Santos (23).

A boa notícia ficou por conta dos estupros, com diminuição de 17,1% na região, e dos furtos de veículos, com baixa de 13,6%. Itanhaém foi o Município que teve maior diminuição do número de estupros – redução de 40%.

JUSTIFICATIVAS

Para diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior 6 (Deinter-6), delegado Aldo Galiano, o aumento de latrocínios na Baixada Santista é pontual.

“Ocorreram alguns assaltos

Polícia Civil



“Os bandidos não conseguem fazer a ligação direta (em veículos). Há uma tendência de uma migração dos furtos para os roubos”

Aldo Galiano Júnior, diretor do Deinter-6

com arma branca, faca, e tivemos mortes em decorrência de reação. Os números absolutos são pequenos, então um a mais já impacta nas estatísticas. Foram casos pontuais”.

Sobre os homicídios, o chefe da Polícia Civil na região afirma que o índice é bom, melhor do que o registrado no Estado.



A Rodovia dos Imigrantes, trecho de São Vicente, tem sido palco de vários crimes, incluindo latrocínio

Estatísticas

Município	Roubo		Roubo de veículos		Furto		Furto de veículos		Homicídios		Latrocínio		Estupro	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Bertioga	189	272	21	36	794	845	27	31	5	5	1	0	5	15
Cubatão	732	716	172	208	1.221	1.260	172	128	15	12	0	1	45	35
Guarujá	2.305	3.190	131	388	2.911	2.998	338	337	37	37	3	5	119	103
Itanhaém	432	572	79	91	1.805	1.773	145	115	11	15	1	2	42	25
Mongaguá	326	339	60	96	992	1.052	98	142	7	6	0	0	21	29
Peruibe	303	416	51	39	1.011	1.098	89	90	7	12	0	0	3	9
Praia Grande	2.653	2.171	814	601	3.810	3.754	635	432	25	21	2	7	114	83
Santos	2.835	3.036	241	220	6.942	6.942	1.035	910	21	23	2	1	86	61
São Vicente	3.044	3.953	331	508	3.281	3.310	652	572	29	30	1	2	78	65
Total	12.819	13.665	1.900	2.187	22.660	23.032	3.191	2.757	157	161	10	18	513	425
Variação (%)	6,50		15,10		1,60		-13,60		2,5		80,00		-17,10	

* Os dados comparam os nove primeiros meses de 2013 com o mesmo período de 2012.

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Canto do Cisne do Edifício Castro

EDUARDO BRANDÃO
DA SUCURSAL

Doze andares divididos em 80 apartamentos com garagens demarcadas, lojas, escritórios e um cinema para mais de 1.200 pessoas. Ícone do início da verticalização de Cubatão, na década de 1970, o Edifício Castro não esconde as marcas do tempo. E uma determinação judicial obriga sua desocupação até o dia 17 de novembro.

Idealizado pelo empreendedor Jaime de Castro, o edifício foi finalizado em 1973. Quarenta anos depois da construção, é lembrado apenas por ser um elegante branco no coração da Cidade.

Atualmente, o imóvel concentra diversos serviços públicos, no que se convencionou chamar de Rua da Cidadania. Lá estão, entre outros, o Cartório Eleitoral, Fundo Social de Solidariedade, Procon, Programa Acesso São Paulo e Centro de Apoio, Amparo e Qualificação (Cadeq).

Devido ao precário estado de manutenção, o Ministério Público Estadual (MPE) elaborou uma ação civil. O pleito obriga a Prefeitura a apresentar um projeto de regularização e equalizar os problemas de segurança do prédio.

A ação foi acatada pela Justiça, em liminar (provisória), que determinou uma solução em até 30 dias – prazo que vence em 17 de novembro. A ação pode gerar passivos aos cofres públicos na ordem de R\$ 20 milhões.

Por considerar o prazo insufi-



O edifício foi o primeiro do Centro de Cubatão a ter elevador

ciente à realização de todos os serviços necessários, a Prefeitura afirma ter optado “pela desocupação voluntária”. Os serviços em funcionamento serão transferidos de local.

Segundo a Administração Municipal, a transferência se dá para “evitar a interrupção dos serviços públicos ali prestados e a solução dos problemas de segurança em prazo compatível com a complexidade e dimensão dos trabalhos exigidos”.

Garante, ainda, desenvolver “um amplo projeto de recuperação” do prédio, com o apoio da iniciativa privada para explorar “o potencial de uso do imóvel, localizado em região privilegiada da Cidade”.

HISTÓRIA

O promissor destino da construção perdurou poucos anos.

Impulsionado pelo cinema, que teve carreira meteórica, o prédio incluiu Cubatão na rota dos lançamentos dos grandes estúdios na década de 1970. Com o tempo, as estreias demoravam para chegar à Cidade e o público começou a optar pelas telas santistas.

Contudo, a bancarrota deu-se nos corredores judiciais. Inúmeros processos e desapropriação contribuíram ao estágio de depreciação e esquecimento da edificação.

Em 2005, o último sopro de vida às “torres gêmeas de Cubatão”, como é popularmente conhecido.

Para alocar repartições públicas e reduzir custos de locação de imóveis, foi feita a última grande reforma no local, que estava desocupado há quase uma década.

Uma dívida entre correntes

DA REDAÇÃO

O protesto inusitado é por conta de uma dívida. Desde a última quinta-feira, o comerciante Paulo Hollender se acorrentou a um prédio que fica no bairro da Pompeia, em Santos. Ele tenta contato com a mulher que comprou seu apartamento, em 2010.

A compradora pagou algumas prestações do financiamento, em nome da esposa de Paulo. Mas, segundo o comerciante, de 2011 para cá, não pagou mais nada. Nem mesmo o condomínio.

De acordo com o comerciante, o contrato de compra e venda do imóvel foi quebrado por falta de pagamento – as prestações estão sendo pagas por ele. “Estou tentando negociar com ela, sem precisar de Justiça”.

Paulo veio de moto de Jaguariúna, interior de São Paulo, onde mora com a mulher e os quatro filhos. Diz que não sai da porta do prédio enquanto a atual moradora não deixar o imóvel. No ano passado, ele enviou notificação extrajudicial para que a desocupação fosse feita. Mas não conseguiu resultado.

Paulo afirma que não tem condições financeiras de contratar um advogado e que ainda paga o aluguel do apartamento onde vive, em Jaguariúna. Ele tem medo de perder o dinheiro que já investiu e o imóvel de Santos.

“O apartamento está indo a leilão por conta das dívidas com condomínio. Quero impedir isso. Quero regularizar tudo”, diz.

Até o fechamento desta edi-



Homem protesta acorrentado ao prédio para reaver apartamento

ção, Paulo permanecia acorrentado ao prédio. No entanto, ele disse que a moradora deixou o apartamento no início da noite. Ele tentou conversar com ela, mas não conseguiu. O comerciante diz que agora vai aguardar orientação de um advogado.

POSSE JUSTA

Segundo o sub-coordenador da Comissão de Direito Imobiliário da OAB Subseção de Santos, Franklin Afonso Ramos, a atual moradora tem posse justa pagando ou não as prestações. “Para o mundo jurídico, o que vale é a escritura”, diz.

O advogado alerta que Paulo deve entrar na Justiça com pedido de desocupação. “Caso o juiz dê a liminar, a atual moradora sai do imóvel em 30, 60 dias. Se não der, ela fica no imóvel entre três e seis anos”.

plica o policial, não pode ser levada em consideração no caso do furto.

“O furto diminuiu porque desde 2009 a maioria dos veículos têm chaves codificadas e os bandidos não conseguem fazer a ligação direta. Há uma tendência de uma migração dos furtos para os roubos”.

Franklin cita ainda o Código de Defesa do Consumidor, em que nenhum devedor pode ser cobrado de forma que o exponha ao ridículo.

Quanto a não ter condições financeiras para contratar um advogado, o sub-coordenador afirma de que na Procuradoria do Estado, em convênio com a OAB, caso se preencham os requisitos legais quanto a renda ou comprovação de dificuldades financeiras, é possível conseguir um advogado custeado pelo Governo.

Para finalizar, Franklin orienta: “Quem vender imóvel financiado não deve dar a posse sem transferir o financiamento ou enquanto o valor não tiver sido totalmente pago. Além disso, orientação especializada é fundamental”.